

Pregão Eletrônico**■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões****CONTRARRAZÃO :**

Ilustríssimo (a) Senhor (a) pregoeiro (a) da Comissão Permanente de Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Ref.
Pregão Eletrônico n.º 29/2019

A empresa Meiodia Refeições Industriais EIRELI, Pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.328.834/0001-84, Estabelecida na Cidade de Parnamirim-RN, na Av. Rio Pitimbu, 256 – Emaus, Telefone (84) 3645-2051, sac@meiodiarefeicoes.com.br, alberto.sobral@meiodiarefeicoes.com.br, licitante HABILITADA no certame e interessada direta no procedimento licitatório em epígrafe, vem mui respeitosamente, por intermédio do seu representante legal Alberto Sobral da Silva, devidamente qualificado no presente processo, perante vossa Senhoria, nos termos do 3º, do Art. 109, da Lei 8.666/93 e art. 4º, inciso XVII da Lei 10.520/2002, oferecer tempestivamente suas Contra Razões ao Recurso Administrativo interposto pela empresa I S M Gomes de Mattos EIRELI, o que faz nos termos a seguir delineados:

Após a inabilitação das 3 (três) primeiras empresas que ofereceram melhor lance, a Recorrida arrematou o objeto da licitação, sendo declarada vencedora.

Entretanto, a Recorrente, com claro intuito de tumultuar o andamento do certame, apresentou um recurso, apontando os seguintes malfeitos:

- (I) A Recorrida na sua proposta de preço não informou Agência e Conta Corrente;
- (II) A Recorrida apresentou sua proposta de preço sem a rubrica do seu Representante legal na primeira folha;
- (III) A Recorrida deixou de comprovar a Habilitação Jurídica, pois a 2ª Alteração do contrato social foi apresentado de forma incompleta;
- (IV) A Recorrida de não teria apresentado o Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (Conselho Regional de Nutrição – CRN) de forma satisfatória; e
- (V) A planilha de custo e formação de preço apresentada pela Recorrida revelou valores inferiores ao salário mínimo.

Contudo, a irrisignação da Recorrente não merece acolhimento.

Inicialmente, tenha-se presente que proposta de preço apresentada pela Recorrida contém, ao contrário do que afirmado pela Recorrente, o número do banco, da agência e da conta corrente. Deste modo, inexistente descumprimento aos termos do edital.

Ademais, no que se refere à alegação de falta de rubrica do representante legal na primeira página da proposta de preço, tal assertiva não merece maiores dilações.

É que a segunda página da proposta de preço, onde consta o valor global dos serviços, está devidamente assinada, de modo que não restam dúvidas sobre os termos em que a Recorrida se obrigou.

Ademais, constitui mera irregularidade a falta de rubrica na primeira folha da proposta de preço, sendo certo que o formalismo exagerado conspira contra a presença de maior número de participantes no certame.

Neste passo, os Tribunais pátrios vêm proclamando a ampla competitividade no certame, afastando a inabilitação de licitantes em razão de meras irregularidades. Ementas pertinentes:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR. LICITAÇÃO. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA DE UM DOS SÓCIOS DA CONCORRENTE. DEFEITO SANÁVEL. PRESENÇA DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DO PROVIMENTO. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada (art. 41 da Lei n. 8.666/93). Todavia, no caso, constitui mera irregularidade a falta de assinatura de um dos sócios na proposta financeira. Formalismo exagerado que conspira contra a presença de maior número de participantes no certame (...).”
(TJ-RS - AI: 70048264964 RS, Relator: Marco Aurélio Heinz, Data de Julgamento: 06/06/2012, Vigésima Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 15/06/2012)

“REMESSA NECESSÁRIA. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO EDITAL. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATORIO. DESABILITAÇÃO NO CERTAME. DESCABIMENTO. O edital é a lei interna do procedimento licitatório, não pode ser descumprido pela Administração e deve ser observado por todos os licitantes, para que concorram em igualdade de condições. No caso concreto, demonstra-se desarrazoado o ato de inabilitação da impetrante, porquanto demonstrado que apresentou declaração formal de que manterá as condições de habilitação e qualificação exigidas pela lei, conforme o previsto no subitem 6.9 do instrumento convocatório. PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO. PREPONDERÂNCIA DO PRINCÍPIO DA BUSCA PELA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Apontamentos com fundamento em formalidades excessivas sucumbem diante da preponderância do princípio da busca pela obtenção da maior vantagem para as contratações da administração pública. Observados os princípios da razoabilidade e da instrumentalidade das formas, bem como o interesse público, é de ser reconhecida a legalidade da habilitação da impetrante. Precedentes do TJRS. Sentença concessiva da segurança mantida.”
(TJ-RS - REEX: 70072599525 RS, Relator: Denise Oliveira Cezar, Data de Julgamento: 29/06/2017, Vigésima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 04/07/2017)

No mesmo sentido, confira-se o posicionamento de Marçal Justen Filho:

"Significa que o critério para decisão de cada fase deve ser a vantagem da Administração. Isso acarreta a irrelevância do puro e simples 'formalismo' do procedimento. Não se cumpre a lei através do mero ritualismo dos atos. O formalismo do procedimento licitatório encontra o conteúdo na seleção da proposta mais vantajosa. Assim, a série formal de atos se estrutura e se orienta pelo fim objetivado. Ademais, será nulo o procedimento licitatório quando qualquer fase não for concretamente orientada para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração". (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 14. ed. São Paulo: Dialética, 2010. ps. 65/66 e 77/78)

Outrossim, no que se refere à suposta apresentação incompleta do aditivo contratual, tal assertiva não corresponde à verdade.

A Recorrida apresentou a 2ª alteração do contrato social de forma satisfatória e completa, pois, para tanto, basta ler o seu conteúdo, onde se vê a sequência lógica de suas cláusulas até o espaço reservado para as assinaturas.

Em verdade, a Recorrida somente deixou de apresentar algumas folhas de um dossiê que era composto, além do aditivo contratual propriamente dito, por uma capa, requerimentos dirigidos à Junta Comercial e despachos administrativos.

O fato é que o edital só exige a apresentação do aditivo contratual devidamente registrado na JUCERN, de sorte que é dispensável a apresentação de despachos e outros atos internos da daquela instituição.

Aliás, para que não parem dúvidas sobre o teor dos documentos suprimidos, o dossiê completo referido se encontra no sítio da Recorrida na internet, no seguinte endereço: <http://www.meiodiarefeicoes.com.br/pdf/documentos/aditivo-n02.pdf>

Enfim, a Recorrida atendeu rigorosamente os requisitos editalícios de habilitação jurídica.

Por outro lado, quanto à invalidade do CRQ, melhor sorte não socorre a Recorrente.

Isto porque a Certidão de Registro e Quitação n.º 1871, apresentada pela Recorrida, estava totalmente válida no momento do certame, de modo que foi atendido o item 9.11.1 do ato convocatório.

É bem verdade que a Recorrida alterou o seu contrato social em 31 de julho de 2019, inserindo, em seus objetivos sociais, a atividade de "Fabricação de produtos alimentícios" (cfr. 2º aditivo contratual).

Acontece que a CRQ apresentada pela Recorrida fora expedida após tal alteração contratual, isto é, em 12 de agosto de 2019.

Assim, **ao contrário do que afirmado pela Recorrente, a alteração contratual não invalidou a CRQ, até porque, conforme consignado na própria certidão, só conduzem à invalidade da CRQ as alterações ocorridas após a sua emissão.**

Além disso, em consulta ao Conselho Regional de Nutrição da 6ª Região, restou consignado que "Diante dos trâmites internos do CRN6, comunico que a CRQ da PJ MeioDia Refeições Industriais EIRELI emitida em 12/08/2019, permanece válida até a emissão de um novo documento" (https://drive.google.com/drive/folders/10BAOR7pMSUTx-fJAtc8IOaeJFo_2SmPq?usp=sharing)

Não subsistem dúvidas, pois, que a CRQ estava apta a demonstrar a aptidão jurídica da Recorrida.

Há mais: a nova atividade inserida a partir do 2º aditivo contratual da Recorrida ("Fabricação de produtos alimentícios") não guarda qualquer relação com o objeto da licitação, que se refere ao fornecimento de refeições prontas. A esse respeito, tal atividade já constava do objetivo social da Recorrida desde a sua constituição, de modo que estava, por óbvio, inserida no registro perante o CRN da 6ª Região.

O fato é que a Recorrida apresentou uma CRQ expedida após sua última alteração contratual e devidamente válida, conforme atestou o próprio CRN da 6ª Região.

Por fim, no que atine aos supostos erros na planilha de custo e formação de preço apresentada pela Recorrida, tal alegação só revela a clara intenção da Recorrente em induzir essa Douta Comissão em erro.

Ora, após a apresentação da planilha de custo, essa Comissão promoveu diligências, o que deu ensejo à apresentação de uma nova planilha por parte da Recorrida.

Nesta nova planilha, restou consagrado que os custos apresentados, no que se refere à remuneração dos empregados, estava em fina sintonia com a Convenção Coletiva dos Trabalhadores do Estado do Ceará, não havendo que se falar de violação, por óbvio, a qualquer direito social.

Ressalte-se que tal planilha pode ser facilmente acessada no próprio portal de licitações dessa entidade (<http://www.unilab.edu.br/licitacoes-2019/> Pregão 029/2019 – Diligência via e-mail 22/01/2020).

Enfim, a Recorrida merece ser declarada vencedora do certame, à mingua de qualquer violação ao edital da licitação.

Com estas considerações, espera o improvimento do recurso interposto pela empresa ISM Gomes de Mattos EIRELI, para manter incólume a r. decisão proferida pelo Sr(a). Pregoeiro(a).

Parnamirim-RN, 07 de fevereiro de 2020.

Meiodia Refeições Industriais EIRELI.
CNPJ sob Nº 10.328.834/0001-84

10/02/2020

COMPRASNET - O SITE DE COMPRAS DO GOVERNO

Alberto Sobral da Silva
CPF 549.530.065-34
RG. 3655365
Administrador não Sócio

Fechar